
TEXTO DE CONTRIBUIÇÃO: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 2008

"E agora que vocês viram no que a coisa deu, jamais se esqueçam como foi que tudo começou."
Bertold Brecht

Este documento é uma contribuição do grupo "Além do Mito..." ao Movimento Estudantil de todo país. Trata-se de uma avaliação do grupo quanto ao ascenso vivido pelo ME no ano de 2007 e sua conjuntura atual. A proposta é trazermos a todos(as) a leitura que temos sobre o momento de reorganização do movimento junto aos retrocessos e avanços ocorridos, além dos desafios postos para todos(as) aqueles(as) que acreditam que um novo Movimento Estudantil é possível.

A Reorganização: Sua Necessidade e Seu Momento Negativo.

A chegada de Lula e do PT à presidência da república no início desta década traz à tona o fim de um significativo ciclo do movimento de esquerda brasileiro. A atual crise do capitalismo ao mesmo tempo em que, em determinada medida, implica na busca de alternativas ao capital por parte das classes oprimidas, inclina, o próprio capital, à escolha de antigas referências e ícones da própria esquerda para constituírem seus novos gestores. Neste sentido, o papel cumprido pelo governo petista nada mais é do que a afirmação do projeto neoliberal que visa à manutenção das taxas de lucro da classe dominante em detrimento dos direitos e necessidades da classe produtora.

É desta forma que entidades como a União Nacional dos Estudantes e a Central Única dos Trabalhadores passam a deixar aflorar um processo que vinha em curso no seu interior ao longo das últimas décadas. O afastamento dos centros de deliberação destas organizações de seus sujeitos essenciais, ou seja, de suas bases sociais, constitui o elemento primordial para a fermentação do processo de burocratização ao qual foram submetidas.

O conseqüente afastamento destas entidades e de seus fóruns da atuação real e das necessidades cotidianas de suas bases culminou em conseqüências fundamentais para o atual horizonte histórico. Por um lado, a perda de referências dos movimentos de contestação, aprofundando a apatia e a atomização comuns à sociabilidade burguesa e ao atual momento de refluxo das lutas. Por outro, concomitante a este afastamento subjetivo das entidades representativas, desdobra-se uma transformação destas em verdadeiras correias de transmissão da política estatal, afastando-as objetivamente das lutas e necessidades daquilo que restou de suas bases.

Nesta linha, a União Nacional dos Estudantes representa, para o Movimento Estudantil especificamente, um peso morto, quando não um verdadeiro freio, para a organização dos embates aos quais a categoria tem de envolver-se hoje. As lutas levadas a cabo durante o ano de 2007 e no período que iniciou o ano de 2008 serviram para demonstrar o desgaste objetivo da entidade. A UNE, além de pôr-se, em não poucos momentos, expressamente contrária à movimentação combativa dos estudantes que deveriam ser sua base, foi, por diversas vezes, rechaçada nos espaços de luta que se abriram durante o último período. Não poucas ocupações de reitorias e mobilizações de rua afirmaram incisivamente que a UNE não falava em seus nomes e nem em nome dos estudantes que as construíam.

O momento vivido pelo movimento dos estudantes é, portanto, um momento de reorganização de sua práxis. Iniciado em 2004 com o rompimento com a UNE por parte de setores combativos do movimento, o processo de reorganização existe e é necessário para re-localizar o Movimento Estudantil no espectro da luta de classes. A isso, soma-se o referido repúdio por parte dos estudantes que recentemente puseram-se em luta em episódios como as ocupações das estaduais paulistas e de diversas federais, seja no primeiro semestre de 2007 na luta por assistência estudantil fundamentalmente, seja no segundo semestre na luta contra o REUNI. Qual, no entanto, é o estágio vivido por essa reorganização? E quais são, ainda assim, suas prioridades?

O caminho da reorganização do Movimento Estudantil terá, basicamente, duas agendas a serem cumpridas por seus protagonistas. Uma predominantemente negativa, que, no máximo, afirmará o desgaste das antigas organizações e formas de organização, a caducidade de determinadas concepções, identificando equívocos e vícios na busca de novas posturas frente à atuação dos estudantes. Uma outra, predominantemente positiva, representa o aspecto propositivo da re-localização estudantil e necessita, para sua correta objetivação, do amadurecimento do primeiro passo, fundamentalmente negativo, pelo qual têm de passar os estudantes.

É imperioso identificar a unidade fundamental destes dois processos. A objetivação de um novo movimento estudantil será ineliminavelmente mediada pela consciência de seus sujeitos. O momento negativo cumpre esta indispensável tarefa de levar à consciência dos estudantes a necessidade de sua efetiva reafirmação. É, portanto, o momento de preparação inextricavelmente ligado ao momento de concreção da nova concepção de Movimento Estudantil que se quer fundar. A necessária análise dos erros e desvios historicamente postos faz-se não por outro motivo, mas o da criação de sólidas bases para os próximos estágios da luta e da reorganização estudantil.

É este o papel que vêm cumprindo as forças que impulsionam a reorganização. Seja conscientemente, no caso dos setores que afirmam categoricamente a postura de rompimento com a UNE e a existência do processo de reorganização, seja involuntariamente, no caso, por exemplo, da Frente de Oposição de Esquerda da UNE, que, apesar de permanecer legitimando a

entidade, identifica a necessidade de afastar-se desta para construir as lutas necessárias em espaços como o da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária, ou, ainda de forma involuntária, a larga parcela da categoria estudantil que sequer identificam a UNE como pertencente à sua gama de preocupações. Até o momento, portanto, as atitudes do Movimento Estudantil combativo foram apenas ao limite da negação da União Nacional dos Estudantes. Não por acaso, as maiores campanhas “de luta” da entidade nos últimos tempos não serviram para outra coisa a não ser sua auto-afirmação: “UNE volta para casa” e “UNE 70 anos”.

As Prioridades Invertidas. A Nova Entidade Estudantil Contribui para as Lutas ou as Lutas Contribuem para a Nova Entidade Estudantil?

O momento negativo pelo qual passa a reorganização do Movimento Estudantil não encontrou sua necessária maturação. Se sua função primordial é justamente a sedimentação da necessidade da transição de uma postura passiva a uma postura ativa frente a este processo na consciência dos estudantes seu papel não pode ser entendido como completo. Afinal, a consciência que deve ser o médium indispensável para a objetivação de um novo movimento estudantil não pode ser outra se não a dos próprios estudantes entendidos em seus limites objetivos e não confundidos com sua vanguarda.

Não se trata de uma esperança romântica pelo ascenso das massas estudantis. Por óbvio, o caráter pluriclassista e a própria dinâmica do movimento, além do contexto histórico em que se vive, impedem esta condição. Porém, há de ser reconhecido o caráter resumido que tem tomado a reorganização do movimento no que se refere à tomada consciente deste processo por parte dos estudantes, mesmo entre aqueles setores de massa que atuaram nas últimas lutas.

A maturação da negação do velho movimento estudantil é que deve, portanto, estar na ordem do dia. Ressalte-se, portanto, mais uma vez, que essa negação faz parte do momento unitário que é a reorganização em sua totalidade. Assim, entender essa fase como um desgaste de energias, ou uma fase meramente embrionária da reorganização, é não apreender sua importância real e pôr em risco o próprio processo em si, posto que a ânsia por avanços, apenas aparentemente, “mais concretos” implica necessariamente na proposição de superação deste momento de extrema relevância.

A discussão sobre a nova entidade estudantil, hoje concretamente posta, e da forma em que vem se dando, parece seguir, pelo menos em seus aspectos essenciais, este exato percurso. Por um lado, a afirmação categórica de que se vive um ascenso de proporções suficientes para demonstrar a tomada consciente do processo de organização por parte da base dos estudantes. Por outro, a afirmação do esgotamento desta que seria a fase embrionária do processo de reorganização, não restando mais do que avançar-se nos passos para a construção desta nova entidade, como se essa construção não tenha sido engatilhada desde o momento em que se passa à negação da UNE.

Desta forma, diversas discussões passam a ser preteridas no interior do setor do movimento que se coloca conscientemente a favor da reorganização e do rompimento com a União Nacional dos Estudantes, a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes. Durante todo o primeiro semestre de 2008 nada, ou muito pouco (para que não seja esquecido o Plebiscito Sobre o ReUni), foi feito em relação às pautas atuais da luta estudantil. As discussões que devem dar bases às lutas Contra a Repressão, pela Assistência Estudantil, Contra a Implementação do ReUni, por exemplo, foram deixadas de lado. Para tanto, o argumento primordial pela fundação da nova entidade lança mão da dispersão à qual as lutas do último período foram jogadas pela falta de uma entidade nacional.

É aí que se perde a perspectiva do momento de unidade do processo de reorganização, já que, ao mesmo tempo, foi justamente nestas lutas em que mais se expressou tal re-localização do movimento estudantil. Foram as lutas, por exemplo, que colocaram em contradição os setores da esquerda da UNE e que aproximaram os setores de massas do movimento à discussão da fundação de novas bases para o Movimento Estudantil. A discussão que se põe parece necessitar de uma resposta à indagação: “Afinal, a nova entidade serve às lutas ou as lutas servem à nova entidade?”.

Qualquer das respostas é correta e incompleta. Isto significa que a unidade dos momentos negativo e positivo da reorganização estudantil encontram-se refletidos no conduzir objetivo deste processo. Tanto a nova entidade potencializaria as lutas do último período, dando-lhes unidade e consequência, quanto as lutas a serem feitas pelos estudantes potencializam a construção de uma nova entidade, na medida em que traz à consciência destes a necessidade de sua construção, como momento de destaque da fundação de um novo Movimento Estudantil, para a concreção de efetivas vitórias.

Pôr, então, em perspectiva as demandas de luta que se encontram apresentadas ao ME no momento é exatamente propugnar pela reorganização do próprio movimento e, em últimas consequências, pela própria fundação de uma nova entidade. Construir as lutas que estão postas é o que vai abrir os caminhos para o aprofundamento da perspectiva de rompimento com as antigas práticas do Movimento Estudantil, o combate a seus vícios, e a passagem a um momento positivo na sua reafirmação.

As Tarefas Atuais da Reorganização:

Qualquer objetivação passa indispensavelmente pela consciência. No caso, a concreção de um novo movimento estudantil só poderá ser, de fato, idealizada pelos próprios estudantes em movimento. O atual estágio de mobilização e organização dos estudantes, no entanto, não aponta para tal.

Apesar do ascenso que houve no último ano, que teve como reflexo imediato o aumento da repressão sobre o Movimento Estudantil, e mesmo sendo levada em consideração a clara rejeição sofrida pela direção majoritária da União Nacional dos Estudantes, é necessário valer-se da autocritica e questionar-se até que ponto o necessário trabalho de base para a reorganização estudantil foi realizado. A Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes, que desponta como o principal pólo a favor deste processo é, ainda hoje, quatro anos depois de sua fundação, marcada, apesar de sua presença nas principais lutas, pelo desconhecimento efetivo de sua proposta para os estudantes. Isto se dá pelo fraco processo de diferenciação levado a cabo pela CONLUTE em relação à Frente de Luta Contra a Reforma Universitária e ainda, pelo parco trabalho de convencimento cotidiano da base estudantil que pouco foi feito.

No último ano, o relativo ascenso das mobilizações estudantis, que teve seus maiores contornos na luta contra a Reforma Universitária e por maior assistência estudantil no primeiro semestre, e na luta contra o REUNI no segundo semestre, demonstrou a importância que tem a CONLUTE neste processo de reorganização do ME. Fazendo parte da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária, composta ainda pela Frente de Oposição de Esquerda da UNE, a CONLUTE esteve presente nos principais momentos de enfrentamento de 2007. A polarização que se deu dentro da Frente de Lutas Contra a Reforma Universitária clareia, ainda, a contradição em que se colocam os setores da FOE, ao legitimarem a UNE por um lado, enquanto, por outro, reconhecem a necessidade de organização externa à entidade para encaminhar as lutas dos estudantes.

De fato, não há como negar que a Frente se apresentou como um instrumento importante nas lutas em 2007, principalmente quando a localizamos em meio ao processo de reorganização, de forma a evidenciar quão aquém das reivindicações estudantis se encontra a UNE e a sua total inoperância num momento em que o ME de todo o Brasil se mobilizava em enfrentamento direto às reitorias e ao Governo Lula contra a Reforma Universitária e suas medidas arbitrárias de repressão e destruição da educação pública. Neste panorama de lutas imediatas, o papel da Frente pode ser entendido como algo ainda maior, ao se compreender que sua criação, sobrepujando-se ao debate já desgastado “UNE x CONLUTE”, traz à tona de forma prática e consistente a discussão de que uma nova organização é preciso.

Contudo, a capacidade da Frente em catalisar para a luta diversas entidades estudantis do país não foi capaz de superar certos paradigmas do ME. Em nome da unidade, a Frente acabou submersa num acordo de cúpula que pôs em risco a possibilidade de efetivação de uma nova concepção de movimento. Ao se perder na dinâmica superestrutural da aliança entre PSOL e PSTU, esta que, por um momento se mostrou como uma alternativa - ainda que limitada - de construir mais uniformemente a luta dos estudantes em torno de uma pauta comum que é a Reforma Universitária Neoliberal, se apresenta reproduzindo práticas políticas tão criticadas das direções da UNE.

Haja vista a inserção alcançada pela Frente junto aos DCE's, CA's/DA's, coletivos e grupos estudantis de todo país, o canal de diálogo estabelecido, ainda que deficiente, acabou para muitas destas entidades/grupos se decompondo ao perceberem que estavam participando de um espaço que, dito uma alternativa para reorganização do ME na conjuntura instalada, ao invés de propor e sustentar uma nova concepção de movimento junto às bases, se configurou muitas vezes numa política partidária que se sobrepunha aos interesses da base, transformando os espaços de organização em mera delegação de tarefas e auto-proclamação de correntes. A reprodução de vícios como os que “pensam” e os que “agem”, os acordos de cúpula e suas políticas de consenso, assim como os discursos mascarados encerraram a Frente numa atmosfera que beirava a burocracia e o aparelhamento e detonaram qualquer potencialidade dela em efetivar uma articulação nacional do ME mais concisa na construção de algo novo para o movimento.

Essa dinâmica fez com que a reorganização encontre-se, hoje, distanciada daqueles que devem constituir suas bases. Para reverter esta realidade resta, aos setores que defendem o rompimento com a UNE e reconhecem o processo de reorganização radicalizar o seu momento negativo. Para tanto, fortalecer a única alternativa de efetiva contradição à União Nacional dos Estudantes, é uma medida fundamental neste sentido. Enraizar a construção da CONLUTE é uma tarefa primordial dos estudantes em luta, ao mesmo tempo em que as lutas são o caminho essencial para tal.

Resgatar os esforços em torno das bandeiras que foram deixadas de lado neste primeiro semestre é, assim, um passo acertado na construção de referências em torno do rompimento com a UNE. Levantar, com a importância que lhe é devida, as bandeiras da luta pela Democracia nas Universidades e pela Assistência Estudantil, por exemplo, é também assumir as tarefas da reorganização do movimento estudantil. Isto porque, estas lutas não podem ser levadas à frente sem pôr em contradição os setores que defendem, por exemplo, a Reforma Universitária do governo, o próprio ReUni especificamente, em devidas proporções, e, ainda, a própria União Nacional dos Estudantes.

É preciso tornar a ver, portanto, o que tornou a CONLUTE uma alternativa real para a luta estudantil. Para tanto, a auto-crítica deve ser a arma fundamental de reavaliação dos passos dados até agora e fundamentação dos próximos passos. Evidente que, nada se constrói do novo e este sempre carregará o velho, porém, deve-se observar com clareza até que ponto é tolerável a reiteração dos antigos vícios do Movimento Estudantil. Além disso, é necessário responder onde esteve a CONLUTE, que sequer articulou-se o bastante para construir uma discussão em seus fóruns para sua participação no Congresso da Conlutas, no último período, na prática, diluída na Frente de Lutas Contra a Reforma Universitária, organizando-se de fato, apenas quando o PSOL retira-se de alguma atividade, como foi o caso do Plebiscito Sobre o ReUni. As tarefas que o processo de reorganização põe, então, necessitam da afirmação pela práxis cotidiana, aos estudantes, da necessidade de lutar e de se organizar para a luta de forma autônoma, combativa e em sintonia com as necessidades da classe trabalhadora! **É a partir das lutas que criaremos um**

novo movimento estudantil de bases, classista e, de fato, transformador! Neste sentido, entendemos como essenciais os seguintes pontos:

1) A Luta Contra a Repressão

Como já foi dito, o processo histórico de lutas de 2007 tomou proporções enormes. Em todo Brasil era comum ver assembléias estudantis com centenas ou milhares de estudantes. Todo este processo de lutas (várias ocupações ao mesmo tempo) e a força que ele tomou, começou a incomodar o governo e as reitorias das universidades, que ao ver a força que o movimento estava adquirindo, passaram a usar fortemente o aparato repressivo, de tal forma que, remonta os tempos da Ditadura Militar. A polícia parece fazer parte do dia-a-dia acadêmico. Em São Paulo, centenas de estudantes foram detidos e espancados pela PM e pela Tropa de Choque que, a mando de reitores e do governador, invadiram as universidades. Na PUC e na Fundação Santo André vários estudantes foram espancados após a entrada da tropa de choque na reitoria; somente na Unesp de Araraquara mais de cem foram detidos quando da desocupação forçada; chegamos ao absurdo de termos estudantes sofrendo ameaça de expulsão por organizar uma festa na USP.

Durante o “período-REUNI”, na grande maioria das IFES ficou mais claro quão articulados governo e reitorias estão para impor a qualquer custo suas vontades. Onde havia questionamentos mínimos sobre a adesão ao REUNI ou mesmo o pedido para abertura do debate, manobras políticas, medidas restritivas e segurança privada formaram coro para reprimir, quando isto não era suficiente (e em dezenas de casos, o absurdo não passou despercebido), a Polícia Federal era chamada. Temos centenas de processos em via de impor punições e expulsar alunos, inquéritos policiais e ameaças de prisão, perda de benefícios e bolsas, boicote de projetos de pesquisa e extensão, restrição e perda de espaços estudantis etc.

Na UFAL, os Conselhos Universitários foram realizados com seguranças patrimoniais e particulares se passando por estudantes. No CONSUNI que tinha como pauta o REUNI, em meio a um protesto estudantil no qual era exigida a abertura do debate sobre o decreto, a reitoria mandou a segurança patrimonial bater nos estudantes que ali estavam. Logo após este episódio, os estudantes reuniram-se em vigília no hall da Reitoria e chamaram uma assembléia estudantil.

Agentes da Polícia Federal invadiu a Assembléia com metralhadoras engatilhadas, alegando que tinham recebido uma denúncia de que os estudantes estavam depredando o patrimônio público... foram embora depois de uma vistoria na qual perceberam que a denúncia era falsa. E por fim, o REUNI foi aprovado em um Conselho realizado sob forte esquema policial (federal e militar), inclusive com restrição de entrada.

É importante que digamos: a repressão não é uma simples medida restritiva ou uma medida de cunho disciplinar, ela é uma forma de castrar politicamente aqueles que se opõem a uma dada política. Fazem parte dela a propagação de calúnias e a tentativa de criminalizar manifestações que são legítimas dentro de um espaço que se quer democrático e aberto as discussões. É uma forma de perseguição política e ao mesmo tempo uma política de Estado e daqueles que mantém privilégios com a ordem estabelecida a fim de dissolver sujeitos sociais divergentes. Assim a trataremos. O que estamos vivendo nas universidades é apenas uma face dos avanços repressivos hoje. A crescente criminalização dos movimentos sociais, a não punição dos torturadores da ditadura militar, a iniciativa do governo Lula em querer praticamente acabar com o direito de greve além dos reordenamentos que temos no plano jurídico, demonstram bem para onde caminhamos.

Temos quase vinte estudantes da UFAL sendo indiciados pela Polícia Federal e sendo vítimas de processo administrativo levado a cabo pela reitoria; Há episódios de reuniões sendo “espiadas” por seguranças e fotografadas por pessoas não-identificadas. Não podemos permitir que nossas parcas liberdades sejam jogadas fora por aqueles que nem de longe estão na mesma trincheira a qual nos colocamos, pelos mesmos que da forma mais ilegítima sujam nossa memória e espaços trazendo o poder das armas onde argumentos, debates e democracia deveriam prevalecer. Ainda nisto, temos uma perigosa ofensiva da burguesia e da mídia reacionária contra os movimentos sociais, especialmente o MST, com vistas a por fim a atuação destes; a algumas semanas atrás, em Alagoas, movimentos de luta pela terra e sindicatos descobriram um plano organizado por latifundiários para ameaçar e até assassinar trabalhadores rurais sem-terra! **É preciso unir todos os que se disponham a lutar criando uma frente ampla contra a repressão ao movimento estudantil e demais movimentos sociais, em defesa das liberdades democráticas, do direito de organização dos trabalhadores, pelo direito de greve e por paridade em todos os fóruns e espaços das Universidades.**

É de extrema importância que as entidades de base do ME construam Comitês Contra a Repressão em suas universidades e escolas, convidando e se somando para a construção de Comitês Estaduais e/ou Municipais se possível. Necessário se faz também, que estes comitês construam uma Semana Nacional de Luta Contra a Repressão, pois entendemos que não estamos combatendo ataques isolados, mas sim uma política organizada pela burguesia, governos e seus algozes para impedir o avanço da classe trabalhadora, dos estudantes e de seus instrumentos de luta; somente unificados poderemos vencer. Essa Semana deve ser organizada em tempo hábil, de forma que não tenhamos algo feito por alto – apenas por ter sido deliberado – e que não consiga mobilizar suficientemente e enraizar o debate nas bases; em soma, torna-se necessária uma articulação nacional afim de termos um diagnóstico dos passos a serem dados e das formas mais salutares de luta em cada região. Todas as manifestações devem ter como plano de fundo a visão de que não é possível haver liberdade numa sociedade onde a exploração e a violência diária é tida como natural: denunciando a farsa da democracia burguesa e a impossibilidade de auto-determinação dos trabalhadores sob os marcos da sociedade capitalista.

No caso específico da academia, também é preciso mostrar que se queremos que ela seja um espaço de contestação, com autonomia para pensar e produzir conhecimento, não podemos conviver com a polícia, não aceitaremos intimidações.

Há meses vários setores do movimento alertavam que esta luta deveria ser priorizada e infelizmente só agora, após vários companheiros já estarem sendo perseguidos, teremos a possibilidade de debatê-la de forma mais ampla. É necessário que o ENE e a CONLUTE tome esta como uma de suas principais tarefas no período que se encaminha. Precisamos gritar: **Se atacam um, atacam todos!**

2) Conscientizar e Lutar Contra o PDE e o Reuni

Os ataques a educação pública e a aqueles que a defendem são resultado de uma política levada a cabo pelas elites e pelo estado neoliberal para frear qualquer tentativa de limitação dos interesses da burguesia, sanando superficialmente e em determinado aspecto a perda de lucratividade do capital em sua crise estrutural. Esse processo tem um duplo sentido ineliminável dentro dos interesses postos: Por um lado temos o boom das instituições privadas onde dantes tínhamos o domínio de instituições públicas, somado a isto, como ainda é preciso manter universidades públicas até que se consiga ter uma estrutura nas privadas que possa produzir conhecimento e tecnologia suficientes para atender os requisitos da produção capitalista, temos uma reestruturação nas públicas afim de que sejam cada vez mais meras reprodutoras das demandas do capital, estimulando o mínimo necessário para formar mão-de-obra a baixo custo. Por outro, vê-se o crescimento do poder das burocracias e a implementação da forma de organização empresarial na academia, com a fiscalização constante dos espaços e o aumento das “medidas disciplinares” para os que não quiserem se habituar as “novas regras”; neste caso, com o claro intuito de coibir discussões e manifestações que possam causar “mal-estar” ou contestar o que está sendo imposto.

O governo Lula se mostrou eficiente na implantação de tais políticas, contando com o dócil apoio das administrações universitárias e também de “setores intelectualizados” da sociedade. Enquanto escolas e universidades sofrem com o sucateamento de décadas, o governo, através do MEC, investe milhões em propaganda com o discurso populista de que o Brasil nunca viveu uma época tão positiva no meio educacional e que o ensino superior está deixando de ser privilégio das elites para ser uma realidade na vida dos mais pobres. Puro maquiamento da realidade. Primeiro que um governo burguês, como o do PT, jamais poderia construir um projeto educacional condizente com as necessidades da classe trabalhadora. Segundo que, em nenhum momento se mostra qual o caráter destas “transformações” e o quanto de verba se direciona para a educação. Em terceiro lugar e condizente com os demais, se oculta o fato de que as universidades estão se transformando em escolões de ensino superior, e as pesquisas e projetos de extensão só existirão se direcionadas a determinados interesses de mercado. É o fim da autonomia universitária e a condenação de dezenas de cursos, especialmente na área de Humanas. Há muitos pontos que enumeraríamos aqui, no entanto, cabe ressaltar algo comum entre eles: todos estão sendo impostos através de decretos e medidas provisórias, mostrando o caráter autoritário de tais medidas e pior, os que historicamente defendem a educação estão sendo tratados como elitistas, defensores dos atuais modelos existentes e contrários a expansão. O PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação – principal medida do governo, que engloba desde o ensino básico ao superior, além dos Decretos da Reforma Universitária e sua forma acabada, o Reuni, são as armas usadas para o desmantelamento da educação... além, é claro, de muito cassetete e spray de pimenta para quem for contra.

É preciso tirar das mãos do governo a bandeira de defesa da expansão e qualidade da educação pública, mostrando o que realmente há por trás de tudo o que já foi feito e à quem serve Lula e as burocracias universitárias. Embora complexo em sua totalidade, entendemos que esse processo deva iniciar com a desconstrução do PDE em todos os seus termos, através de documentos e atividades que ajudem na conscientização de estudantes e trabalhadores; não são poucos os casos onde tanto o ME quanto o movimento técnico e docente não conseguiram dar respostas ao ponto de conseguir desmontar as falácias postas. No mesmo sentido, precisamos dar continuidade à luta contra o Reuni, denunciando o caráter nefasto do mesmo para as IFES e mobilizando para bloquear sua implantação.

A necessidade destas tarefas e a constatação de que ainda não as cumprimos de forma satisfatória (no caso do Reuni, é preciso reconhecer que fomos derrotados quando de sua aprovação) mostra o quão precisamos avançar na construção de um novo movimento estudantil que supere o pragmatismo e o imediatismo característico de anos anteriores e o quão fundamental é a determinação de um plano estratégico que tenha como referência o constante balanço dos avanços e retrocessos das lutas, não se limitando a auto-proclamação ou ao simples tarefismo que tanto condenamos, e que tenha como horizonte o enraizamento de uma nova práxis que aproxime o corpo estudantil de uma perspectiva cada vez mais próxima aos interesses históricos do proletariado.

3) Assistência Estudantil

As ocupações de reitoria no primeiro semestre de 2007 trouxeram à tona a problemática do sucateamento das IFES, principalmente, a partir de suas reivindicações por assistência estudantil, articuladas à luta contra a privatização das universidades, contra a Reforma Universitária. Entendemos que essa bandeira ultrapassa o caráter simplista de “agregador” que porventura possa ter, e mostra-se como reveladora das necessidades estudantis cotidianas, portanto, ponto de destaque na tomada de consciência acerca da crise da universidade pública e do seu aprofundamento.

A bandeira por assistência estudantil é pedra angular na continuidade das lutas de 2007. Ela deve ser encarada também como uma tarefa e fazer parte do programa das entidades de base, pois faz o combate à Reforma Universitária de maneira também propositiva, e articula a luta contra sua faceta primordial: o ReUni. A "expansão", que na verdade é implosão da universidade por decreto, reverbera imediatamente numa ausência ainda maior de políticas de permanência para os estudantes em geral. Devemos sempre pautá-la, de forma que não restem dúvidas a respeito da necessária tomada de posição de classe do movimento estudantil e suas bandeiras e em certo sentido mostrar suas limitações caso pensada de forma separada de um projeto maior tanto para a educação quanto para a sociedade. A ampliação da assistência aos estudantes também coloca em evidência a luta por mais verbas para a educação, algo indispensável quando pensamos em um projeto de universidade em que os setores mais explorados do proletariado possam ser voz ativa de seus rumos.

4) Por um Congresso Estudantil com Delegados de Base!

Ao tempo em que vemos o Encontro Nacional dos Estudantes como um importante espaço para que o ME a nível nacional avalie sua atuação durante o período que se passou e possa construir um calendário de mobilizações para o próximo semestre, não podemos deixar de apontar os problemas e limitações intrínsecas a este espaço, tanto por sua própria natureza e expressão, quanto pela forma com que o mesmo foi inserido no atual cenário.

Efetivamente, o ENE não foi construído nem discutido pelo conjunto dos lutadores que se destacaram nos embates mais importantes que tivemos. Embora estes aspectos em si mesmos não sejam suficientes para mostrar o caráter que o Encontro possa ter nem suas repercussões nas lutas que se encaminham, é evidente que isto joga um peso grande nas potencialidades e na própria dinâmica necessária à reorganização do movimento estudantil, à qual um espaço como esse deve ser um momento salutar.

A falta de definição do que efetivamente se trataria o espaço no início de sua idealização – espaço de fundação da nova entidade, ou sabe-se lá o quê – e de qual seu papel, atrelada ao *modus operandi* levado a cabo pelos setores majoritários em sua organização, prejudicaram a construção junto às bases de um Encontro com caráter mais consequente para o processo necessário de acúmulo, rupturas e inovações para quem pretende se reorganizar.

Temos a clareza de que a única forma de aprofundar na base o processo de negação das velhas estruturas, concepções e práticas das quais pretendemos nos libertar será através da continuidade das lutas iniciadas em 2007, também será a partir delas que daremos passos firmes no processo de construção e afirmação do novo. É nas lutas que percebemos a contradição colocada para aqueles que por diferentes motivos alimentam as velhas estruturas mesmo precisando estar fora delas quando precisam lutar, é nas lutas que o velho e o novo se contrastam. Não há em essência um “espírito metafísico irradiador da consciência” ao simplesmente estarmos mobilizados, mas a conjuntura que vivemos não apenas evidencia que não é possível lutar sem que isso traga abaixo o que não mais nos serve, como também é lutando que poderemos ver o quanto avançamos e precisamos avançar.

Consideramos importante a construção de um Congresso que inicie a discussão de construção de uma nova entidade, mas que não se pretenda conclusivo em relação a esta pauta. O terreno que parece se abrir ao ME traz o prelúdio de ainda mais lutas, e mais vitórias no que diz respeito ao processo de reorganização, mas ainda é preciso sanar antigos erros e vícios. Para tanto é necessário fundamentar os passos no princípio de um **Movimento Estudantil intransigentemente de base.**

Defendemos, portanto, a construção de um Congresso Estudantil que se realize no final do primeiro semestre de 2009, com delegados eleitos nas bases, que seja construído a partir das discussões e demandas colocadas pelas lutas a serem travadas durante o próximo período (que serão colocadas neste encontro do qual participamos) e que desde o início, diferente dos primeiros apontamentos desse ENE, não seja meramente focalizado na fundação de uma nova entidade estudantil. A construção de uma entidade nacional, como colocamos acima, é um marco de um processo que acreditamos ainda não ter se desenvolvido suficientemente. Esse apontamento é importante para não repetirmos os erros de ter negligenciado passos fundamentais, como a luta contra a repressão, a continuidade das mobilizações contra o Reuni e a cada vez mais necessária luta por democracia nas universidades, em nome do afloramento de nossos egos, que não necessariamente correspondem às reais demandas das lutas.

Por fim, saudamos todos e todas que participam deste Encontro, que sejamos companheiros e irmãos na construção de uma sociedade socialista, onde as lutas que agora travamos, para além de momentos memoráveis, se efetivem na edificação de um futuro fecundo com a transformação radical da ordem vigente em prol de homens e mulheres emancipados!

Maceió, 30 de Junho de 2008.
Grupo “Além do Mito...”